

As festas tradicionais na Vila do Igarapé do Lago enquanto cultura na educação quilombola

Traditional festivals in Vila do Igarapé do Lago as culture in *quilombola* education

Fiestas tradicionales en Vila do Igarapé do Lago como cultura en la educación *quilombola*

DOI: 10.54901/educa.v9-388

Neuma dos Santos de Jesus Silva¹

RESUMO: A organização deste artigo constituiu-se ao longo do Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá (PPGED/UNIFAP) através de estudos bibliográficos realizados a respeito das festas tradicionais e religiosas que acontecem na vila do Igarapé do Lago (Santana-Amapá) desde meados do século XIX – uma comunidade certificada como remanescente de quilombo. Os diálogos apresentados, evidenciam a educação escolar e cultural quilombola, com elementos considerados importantes, a respeito dos legados e conhecimentos pautados nas memórias ancestrais, nas histórias e aos saberes intergeracionais. O objetivo proposto, é contextualizar como esses saberes e fazeres são manifestados nessas festas tradicionais, evidenciando a relevância da cultura quilombola à educação implementada nesse território.

Palavras-chave: festas tradicionais; saberes intergeracionais; vila do Igarapé do Lago; cultura quilombola.

1 INTRODUÇÃO

As festas tradicionais da vila do Igarapé do Lago são muito mais do que momentos de celebração. Elas expressam, para além do contexto festivo, a identidade, a memória, a devoção, a fé, a ancestralidade e a resistência do povo quilombola. Nesse território, as manifestações culturais vêm atravessando gerações e ocorrem por meio de danças, cantos, batuques, ladainhas, procissões, narrativas dos mais velhos e organização comunitária, com a participação coletiva das famílias.

No contexto da Educação Quilombola, essas festas manifestam fenômenos que podem corroborar aos instrumentais pedagógicos no processo escolar existente na comunidade, bem como possibilitar a valorização dos saberes locais, fortalecendo o pertencimento identitário dos estudantes, reconhecendo a comunidade como espaço produtor de conhecimentos. A ação de “[...] integrar esses saberes no currículo escolar pode enriquecer a formação dos estudantes,

¹ Mestra em Educação, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá, Brasil.
E-mail: neumadosantosdejesus@gmail.com

permitindo que eles se conectem com suas raízes culturais e desenvolvam habilidades criativas” (Mendes; Machado, 2025, p. 112).

Os diálogos presentes neste artigo foram fundamentados nas literaturas relacionadas as festas tradicionais e de santos que ocorrem na Amazônia Amapaense, nas legislações e diretrizes que fazem interlocuções com a educação quilombola e a educação escolar quilombola, evidenciando como esses saberes intergeracionais vinculam-se as festas tradicionais realizadas há mais de um século e meio na sede distrital do vilarejo.

Ao fomentar esse diálogo a partir destas interpretações, abordo que as festas tradicionais em homenagem aos santos católicos congregam o sagrado e o profano, acontecendo frequentemente em outras comunidades da Amazônia Amapaense. Um exemplo são as festas tradicionais na Vila do Igarapé do Lago, localidade certificada como comunidade remanescente de quilombo, situada no município de Santana, no estado do Amapá.

A pesquisa bibliográfica teve o intuito demonstrar como essas festas tradicionais são significativas no contexto da educação quilombola e como elas podem contribuir para a formação da identidade cultural nessa comunidade, a partir dos aspectos evidenciados no currículo escolar; de modo específico, analiso as diretrizes nacionais recomendadas para a educação escolar quilombola, considerando memórias ancestrais, histórias e saberes intergeracionais daqueles que são e estão conectados ao pertencimento identitário a este território.

Na segunda seção apresento o Igarapé do Lago enquanto território remanescente de quilombo, a sua trajetória histórica e tradicional, além das festas enquanto elementos vinculados à cultura no estado do Amapá, discutindo as possíveis contribuições para essa formação identitária do lugar e com a cultura quilombola. Já na terceira seção, dialogo os processos de implementação da educação escolarizada na comunidade, enfatizando o currículo como elo significativo e fortalecedor dessa cultura, contextualizando o ensino e a aprendizagem.

Finalmente, nas considerações finais evidencio a importância de as instituições escolares e acadêmicas integrarem em seus currículos estes legados tradicionais das festas, os conhecimentos ancestrais, históricos e intergeracionais ao processo educativos, pois são elementares para a valorização, o fortalecimento e o pertencimento identitário nos contextos da educação escolar e cultural quilombola na vila do Igarapé do Lago.

2 VILA DO IGARAPÉ DO LAGO E AS FESTAS ENQUANTO TRADIÇÕES CULTURAIS INTERGERACIONAIS

Igarapé do Lago é uma comunidade tradicional, reconhecida como remanescente de quilombo através da Certificação de autodefinição emitida pela Fundação Palmares, ligado ao Ministério da Cultura, em 08 junho 2011, através do processo n. 54350.001037/2013-37. É um distrito pertencente ao município de Santana, no estado do Amapá. Os seus limites geográficos são com o município de Mazagão, com os distritos Pirativa e Piaçacá – também pertencentes ao município de Santana-AP – e com o distrito do Maruanum, pertencente ao município de Macapá-AP (Dias, 2023).

Sobre o acesso à sede distrital, há duas formas para chegar até o local. A primeira é por via terrestre, através da BR-156, percorrendo a distância de aproximadamente 85 km na direção oeste da capital Macapá. A outra maneira se dá pelo trajeto fluvial, navegando o Rio Vila Nova-Mazagão-AP, adentrando o igarapé afluente, que possui o mesmo nome da vila. A estimativa populacional habitante do lugar é de 316 habitantes (IBGE, 2022).

Igarapé do Lago, como tantas outras comunidades tradicionais do estado do Amapá, como já dito, possui histórias, memórias ancestrais, culturas religiosas e afrodescendentes vivenciadas em seu território desde o contexto de sua fundação no século XIX até a atualidade, interligadas às festas tradicionais e aos processos de educação informal e não formal ocorridos de forma intergeracional.

As festas tradicionais e os processos de educação informal e não formal, interligam-se com as vivências culturais que acontecem dentro de um território quilombola, sendo motivadas através de práticas como as diferentes maneiras de exercitar a fé, fortalecidas pelo *religare* a Deus, aos santos, às entidades, aos orixás, aos mentores de luz e aos guias sobrenaturais, como uma manifestação espiritual e como uma conexão ao sagrado, sem necessariamente configurar algo religioso, pois “[...] essas práticas são exercidas no Brasil desde muito tempo, representando a união entre as práticas culturais/religiosas nativas dos povos indígenas, portugueses e africanos” (Custódio *et al.*, 2019, p. 199).

Algumas dessas vivências são realizadas através das festas que ocorrem durante o intercurso do ano, especificamente na sede distrital do território. São três momentos distintos e significativos que esta comunidade vivencia, considerados tradições seculares, populares e religiosas em devoção aos santos católicos, como Divino Espírito Santo, Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora da Conceição, marcadas pela presença de elementos culturais

afrodescendentes, como o Batuque e o Marabaixo, além de outros elementos peculiares desses festejos.

Sobre festas religiosas que acontecem aqui no estado do Amapá, elas possuem características vinculadas a um processo de longa duração, perpetuando-se nas memórias de famílias e comunidades, estabelecendo conexões com o passado e presente, entre grupos e indivíduos de procedência étnica distintas. Conforme Vulcão *et al.* (2024), os fenômenos religiosos oriundos da colonização estabelecem: a relação afetiva e familiar entre os devotos e os santos; a economia de troca e de retribuição entre o plano físico (devoto) e o sobrenatural (santos); e a teatralização da religião (ritualística popular) atravessando o tempo, permitindo que as festas ocorram de maneira intergeracional.

Assim sendo, as festas tradicionais na vila do Igarapé do Lago assumem essas características, pois cada grupo envolvido na organização, juntamente com os prestigiadores, vai ressignificando os festejos, sem perder a essência de cultuar devoção aos santos católicos e realizar missas, novenas e procissões, manifestando ritos conexos aos elementos afrodescendentes, reinventando as quermesses, os bailes populares, as brincadeiras ligadas à história e as memórias ancestrais.

As festas de santo (re) incorporam tradições e novos significados. Neste caso, acreditamos que a memória é um elemento fundamental, constituindo assim um novo texto cultural passível de (re)interpretações no âmbito da sociedade moderna e contemporânea[...]. Em outras palavras, essas festas na Amazônia estão em constante remodelamento a partir das influências externas e das interações sociais. (Pena, 2014, p. 18)

A festa do Divino Espírito Santo é a primeira festividade a ocorrer no Igarapé do Lago, entre os meses de janeiro e fevereiro, na sede da vila. Esses cultos, enfatiza Dias (2023), ocorrem desde 02 de fevereiro de 1865, iniciados pelo escravo alforriado vindo de Mazagão Velho-AP, Joaquim Francisco Athaíde – adepto fervoroso do catolicismo. Ele iniciou os festejos na sua residência e, posteriormente, o fenômeno expandiu-se pela comunidade.

Esta festa apresenta elementos ritualísticos, como corte do mastro e o enfeite ao som de caixas de marabaixo, além de culto religioso sobre a presença dos arquétipos, como a coroa e a pomba branca, missas, procissões, procissões com cavaleiros erguendo bandeiras simbólicas, novenas na igreja e nas residências, corridas de cavalos, competição de cavaleiros na brincadeira da argolinha², bingos, brincadeiras infantis e bailes dançantes. Assim sendo, cultuar

² A brincadeira da argolinha é realizada em um espaço amplo, com locais de saída e chegada. Os participantes, montados a cavalo, recebem uma lança feita artesanalmente de miriti ou buriti. Cada um deve direcionar-se aos postes em madeira, onde as argolas feitas de cipó e enfeitadas com papel ficam engatadas sobre uma corda. O

feita em louvor ao Divino Espírito Santo, para muitos fiéis, devotos e simpatizantes, ressoa o exercício da fé, em momentos regados de expressividades, pautados em “orações, narrativas, graças alcançadas e procissões que agem sobre a Coroa³, ao mesmo tempo em que, ela age sobre o lugar onde está inserida estimulando a fé, a devoção e a esperança de uma vida digna, sem males” (Oliveira, 2016, p. 4).

Figura 1 – Festividade Divino Espírito Santo



Fonte: Divino Espírito Santo Divino (2026).

A Figura 1 representa dois momentos distintos desta festividade em louvor ao Divino Espírito Santo. O primeiro é o padre segurando a imagem na frente da igreja, usando-a para abençoar o lugar e as pessoas envolvidas no rito religioso. O segundo momento é a derrubada do mastro⁴, que é um arquétipo simbólico representando o tempo dos festejos religioso e profano, pois assim que se conclui esse tempo, é retirado da frente da igreja pelas pessoas envolvidas na organização da celebração.

A segunda festa é em louvor a Nossa Senhora da Piedade. Dias (2023) ressalta tratar-se de um legado religioso, histórico-cultural de descendência e devoção vindas de Mazagão Velho, município do estado do Amapá, sendo considerada uma das festas de maior expressividade artístico-cultural na região. O festejo acontece na comunidade remanescente de quilombo desde 1868, quando passaram a residir na comunidade o casal de escravos alforriados Marçal Rodrigues Macedo e Custódia Nascimento Macedo.

O evento é regado de elementos ritualísticos como missas, procissão terrestre, procissão fluvial, peregrinação acompanhada com esmolação, novenas, ladainhas em latim, ritos, corte,

organizador estipula algumas rodadas para os participantes se desafiarem, equilibrando-se sobre o cavalo, erguendo a lança e retirando as argolas no momento que passam sobre a corda. Aquele que conseguir retirar mais argolinhas vence a brincadeira e recebe premiações.

³ A coroa, como devoção na Festa ao Divino Espírito Santo, simboliza a realeza, ou seja, o espírito que deve reinar.

⁴ Mastro é um tronco de árvore retirado da mata que possui sua simbologia religiosa. Ele é ornamentado com galhos contendo folhagens e frutas amarradas, além de uma bandeira colocada no topo, representando a imagem do santo que está sendo celebrado. As frutas simbolizam os pedidos de fartura ao lugar.

enfeite, levantamento e derrubada do mastro, entoados ao som da caixa de marabaixo, folia e ritos: de chegada, de penitência, de agradecimento, de refeição, de despedida, o batuque com canto de bandaias⁵ e as dançadeiras bailando suas saias ao toque dos instrumentos rústicos demonstrando honra, respeito e fé à santa católica Nossa Senhora da Piedade.

Figura 2 – Festa de Nossa Senhora da Piedade



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2025).

Na Figura 2 há dois registros: o primeiro é relacionado à imagem de Nossa Senhora da Piedade no altar, no momento da celebração da missa na igreja católica da comunidade. Depois, estão os foliões realizando no igarapé a procissão fluvial chamada meia-lua, trazendo a imagem da santa homenageada, movimentando a bandeira na proa da canoa também contendo a sua imagem, tocando folias e ritos através dos instrumentos rústicos do batuque: tambores, taboca e rapador, com toques afro-religiosos, representando o ritual de bençãos para o lugar.

A ritualística denotada através do batuque, com toque dos instrumentos, cantos de folias e bandaias realizadas pelos foliões, juntamente com as dançadeiras, demonstram a toda comunidade sua força de fé e de devoção a esta santa, consagrada como a padroeira do lugar. Um exemplo é esta composição, nomeada Dois de Julho:

*Dia 02 de julho
Data de festividade,
No Igarapé do Lago
A festa da Piedade. (bis)*

*Tende Piedade,
Tende Piedade,
Desse povo que te ama
com sinceridade. (bis)*

*Tem o dia do batuque,
E também do arraial.*

⁵ Bandaias são composições musicais cantadas em ritmo de batuque.

*Tem a procissão terrestre
E também a fluvial.*

*A dança do Marabaixo,
É o mito cultural.
Tem também o mestre-sala,
Com a folia natural.*

*Aqui não há diferença,
Nem de raça e nem de cor.
O povo daqui se ama,
Com respeito e muito amor.*

*Por isso que recebe,
Com muita dignidade,
As bençãos da padroeira,
Senhora da Piedade.⁶*

Todos os elementos culturais presentes na festividade de Nossa Senhora da Piedade possuem sua relevância histórica, pois estão voltados à prática do catolicismo, mas também a elementos que incorporam os ritos religiosos afrodescendentes. No ano de 2025, a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá denotou a real importância dessa celebração, considerando-a patrimônio imaterial do estado amapaense, através da aprovação da Lei n. 3317/2025.

[...] a gestão governamental amapaense, reconheceu a festa de Nossa Senhora da Piedade como patrimônio cultural de natureza imaterial para o Estado do Amapá, através da Lei n. 3317 de 30 de setembro de 2025, com o intuito de preservar a herança histórica e cultural, bem como fomentar conhecimento e apreciação desta festa religiosa. Este feito foi publicado no Diário Oficial do Estado do Amapá – n.8504/2025 [...] (Silva, 2025, p. 68-69).

A terceira festa é em louvor a Nossa Senhora da Conceição, acontecendo todo dia 8 de dezembro. As primeiras manifestações litúrgicas, segundo Dias (2023), iniciaram no terceiro quartel do século XIX, sem precisar data específica, tendo como precursora a senhora Rosária Ataíde. Nos primórdios dos festejos havia a organização de um grupo de folia, que percorria as casas dos moradores levando a imagem e as bençãos aos lares desses devotos. Na parte religiosa há ritos, como: reza de terços, novena, missas, procissões, corte, enfeite e levantamento e tombamento do mastro, ancorando a contagem do tempo de realização da festa. Há também o baile popular, as quermesses e as brincadeiras voltadas ao público infantil.

Um dos elementos relevantes é apresentação do marabaixo nesta festividade, pois, segundo Silva (2023, p. 155), com “[...] homenagens às divindades católicas, as festas de marabaixo congregam um conjunto de artefatos e atividades, tais como imagens de santos,

⁶ FONSECA, Alice. Dois de julho. Composição musical integrante do patrimônio imaterial do Batuque de Nossa Senhora da Piedade, Igarapé do Lago, Santana, AP. Informação verbal.

promessas, devoção, alimentação, bebida, bandeiras, mastros, vestuário e cortejos nas ruas. A tradição marabaixeira evidencia-se cantando ladrões, tocando caixas, dançando no salão do centro comunitário, que se torna palco para uma noite cultural dessas apresentações.

Figura 3 - Festa de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Udnsc Igarapé do Lago (2025).

Na Figura 3 há a representação dos elementos que fazem parte da ritualística de comemoração em Louvor a Festa de Nossa Senhora da Conceição, como a celebração da missa na igreja católica da comunidade, a procissão envolvendo os devotos e participantes e a roda de marabaixo no centro comunitário da vila do Igarapé do Lago.

Como elementos culturais, essas festas tradicionais possuem a parte religiosa e a profana, pois há ritualística como o corte do mastro, rezas de novena, ladainhas e missas, procissões terrestres e fluviais, cavaleiros carregando bandeiras, rodas de marabaixo, batuques, esmolação e outros elementos reverenciadores aos santos, como também o baile dançante que acontece no centro comunitário. Importante ressaltar que “[...] essas festas, além do cunho de fé e religiosidade, são marcadas por diversas manifestações culturais materiais e imateriais, como por exemplo bandeira, comidas típicas, altares, danças e rituais” (Oliveira; Romarco, 2010, p. 78).

Essas festas estão interligadas à cultura intergeracional, pois a transmissão de conhecimentos, valores e crenças estão sendo realizada de uma geração para outra há mais de 150 anos nesta comunidade remanescente de quilombo, trazendo, em suas conjunturas organizacionais e tradicionais, contextos culturais da Amazônia, do catolicismo e dos cultos afrodescendentes ligados aos saberes que atravessam o tempo. Assim, entendo que as festividades têm relevância e que evidenciá-las no processo de ensino e aprendizagem das escolas existentes no Igarapé do Lago corrobora a construção e o fortalecimento da identidade individual e coletiva, bem como a continuidade ou desenvolvimento dessa tradição ao longo do tempo.

3 EDUCAÇÃO NO IGARAPÉ DO LAGO: HISTÓRIAS E TRADIÇÃO DAS FESTIVIDADES NO CURRÍCULO ENQUANTO EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

A educação escolarizada em Igarapé do Lago foi oficialmente implementada na quando o estado do Amapá ainda era um Território Federal do Estado Brasileiro; neste período, estava sobre a gestão administrativa do ex-governador Janary Gentil Nunes. Sobre esse feito, Dias (2023) enfatiza que o Decreto n. 03, de 02 de fevereiro de 1944, criava oficialmente quatro escolas isoladas mistas nas comunidades interioranas de Macapá. Na década de 1940, o Igarapé do Lago era considerado apenas uma área rural pertencente ao município de Macapá.

Com este decreto, Dias (2023) afirma que, improvisadamente, a comunidade local e adjacentes, passaram a contar com um sistema regular de ensino em funcionamento na vila de Igarapé do Lago. Inicialmente, duas salas de aulas em madeira, construídas ao lado da igreja católica Divino Espírito Santo, foram funcionais para atender 95 estudantes em classes seriadas de 1ª à 4ª série, organizado em grupos distintos, masculino e feminino, nos horários matutino vespertino. O processo de sistematização da educação em área rural, nesta época, contava com a docência de professores leigos, tendo em vista as supostas dificuldades de encontrar profissionais com qualificação adequada para exercerem suas atribuições em áreas rurais de Macapá.

Em 1947 o governo territorial iniciou as obras de construção da escola e em 4 de março de 1948 o espaço escolarizado foi de fato inaugurado e entregue à comunidade. Supostamente, transparecia que essa administração territorial promovia significativos avanços na educação, levando ensino às áreas rurais e mais distantes da capital. Porém, segundo Lobato (2009), o novo projeto governamental de expansão da fronteira da modernização desenvolvido à época carecia de instrumentos suficientes para fazer frente aos hábitos seculares da população. A educação, na época, era considerada um instrumento de difusão do otimismo nacionalista do governo federal, com objetivo de retirar o homem brasileiro de um suposto estado de ignorância e amesquinamento para formar “um homem novo”, capaz de se orientar conforme a racionalidade capitalista de si e da nação.

A frente educacional, como parte do projeto janarista de modernização no Amapá na década de 1940, segundo Lobato (2009), não pode ser interpretada como uma mera busca de atendimento local ou intenção promover políticas públicas para tirar as pessoas da real ignorância e do isolamento. A maior finalidade era alterar completamente o modo de vida cá

existente, pois antes de ser criados os novos territórios federais, diversos estudos já haviam sido realizados para inventariar as características e demais “problemas” de cada região.

A política educacional janarista na década de 1940, por meio das diretrizes educacionais, previa uma expressão escolar que provocasse o início de um processo de democratização do ensino. Assim, estaria dividido, conforme a legislação federal em: ensino primário – 4 anos; ensino secundário/ginasial – 4 anos; colegial – 3 anos; ensino regular não profissionalizante misto e leigo – meninos e meninas juntos; e estudos de ensino religioso como optativo, sendo uma disciplina que teria o objetivo específico moral na formação da juventude (Lobato, 2009).

A escola isolada mista rural de Igarapé do Lago implementada na década de 1940 era parte dessa demanda de ampliação da rede escolar pública de ensino no Território Federal do Amapá, como parte de um processo democratizador educacional local aliado ao nacional. Por anos o ensino primário foi ofertado à comunidade local e adjacente, passando o prédio escolar com algumas reformas em 1965, sem grandes mudanças na modalidade de educação escolarizada já ofertada.

Em 1990, quando o Amapá deixa de ser território e passa à condição de Unidade Federativa do Brasil, o então governador Aníbal Barcellos atende as demandas legislativas nacionais e reivindicações locais. Dias (2023) descreve um contexto de mudanças na educação ofertada na vila do Igarapé do Lago, pois outro prédio escolar foi construído na comunidade, em um novo endereço. Foi desativado o prédio anterior e dando outro nome à escola, que passou a chamar-se Escola Belmiro Macedo Medina, atendendo estudantes na educação pré-escolar, Jardim I, II e III (com duração de 3 anos), e no Ensino Fundamental, 1ª à 4ª série. Eram ofertadas somente as séries iniciais devido às questões de estruturas logísticas e administrativas da mantenedora educação no estado do Amapá em garantir professores na comunidade para o ensino de 5ª à 8ª séries. Quando entra em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, essas modalidades de ensino são reestruturadas:

Do ponto de vista organizacional, no contexto brasileiro, o ensino fundamental integra a educação básica, juntamente com a educação infantil e o ensino médio. Ou seja, por lei, o ensino fundamental é um nível de ensino responsável pela educação escolar de crianças e adolescentes de seis a quatorze anos, que se desenvolve, predominantemente, em instituições próprias (BRASIL, 1996). Esse nível de ensino faz parte do sistema de ensino brasileiro, sendo que sua estrutura e funcionamento são regulamentados pelos órgãos superiores, dentre eles o Ministério da Educação (MEC), as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Conselho Nacional de Educação (CNE) e Conselho Estadual de Educação (CEE). Nos municípios devem estar organizados os Conselhos Municipais de Educação, com o intuito de pensar e propor ações mais voltadas para a realidade local (Medeiros; Lira, 2016, p. 160).

No ano de 2003, a educação escolarizada no Igarapé do Lago amplia-se e os estudantes vivenciam a continuidade nos estudos sem precisar sair do seu território, pois o governo estadual estruturou o prédio da escola, ofertando continuidade aos estudos de 6º a 9º anos e o Ensino Médio através do sistema modular, vigorando até o presente momento. A partir do ano 2000, com novas as mudanças a partir da LDB 9394/96, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental anos iniciais passam a ser gerenciados pela Secretaria Municipal de Educação (SME) do município de Santana, já que o distrito é pertencente à administração Prefeitura Municipal de Santana (PMS).

Com essa nova reorganização do ensino, no prédio da Escola Estadual Belmiro Macedo Medina, duas salas deste prédio foram cedidas em termos de cessão oficialmente formalizados para a reimplantação da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, pois até a construção e inauguração do prédio da escola municipal entrar em funcionamento, Dias (2023) enfatiza que o ensino acontecia com muita luta, pelo contexto da precariedade e falta de compromisso em ofertar educação às condições necessárias com essa intencionalidade pedagógica.

A Escola Municipal de Educação Básica de Igarapé do Lago foi inaugurada em 19 de junho de 2010, apresentando estrutura elementar para atender e ofertar essas modalidades de ensino à comunidade local e às circunvizinhas, como São Benedito, Santa Olívia e São Sebastião. Desde as primeiras salas improvisadas em funcionamento a partir de 1944 até o momento atual, são mais de 80 anos de educação escolarizada acontecendo nesse território, caracterizado como comunidade remanescente de quilombo.

No contexto atual educacional de Igarapé do Lago, existem em seu território oficialmente instituições de ensino público dando continuidade ao processo escolarização. A Escola Estadual Belmiro Macedo Medina, que ainda é gerenciada pela SEED-AP, continua ofertando o Ensino Fundamental dos anos finais e Ensino Médio através do sistema modular de ensino; já a Escola Municipal Igarapé do Lago continua ofertando Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, gerenciada pela SEMED-PMS-AP.

Há também um projeto de extensão universitária realizado por intermédio da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), onde ocorreu a implementação de polos universitários de 2022 à 2026, promovendo à população local e comunidades adjacentes, o ensino superior enquanto política afirmativa. O projeto surgiu de uma exigência do movimento negro amapaense, que cobrou da reitoria de ensino da UNIFAP que as atividades acadêmicas chegassem aos quilombos amapaenses. São seis comunidades que foram contempladas com

essa política afirmativa, e no Igarapé do Lago, à exemplo, essa formação inicial para professores se consolidou através da graduação no curso de Licenciatura em Pedagogia.

O Programa de Interiorização para comunidades Quilombolas do Amapá, parte de demanda induzida da Secção amapaense da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ/AP), para a Universidade Federal Do Amapá (UNIFAP) como executora, tornando-se uma ação que vai ao encontro da democratização do acesso à Educação Superior. (UNIFAP, 2021, p. 5)

O Programa de Interiorização Quilombola (PIQ) da UNIFAP, enquanto política afirmativa para a educação superior em alguns territórios quilombolas, tem apresentado relevância aos acadêmicos que passam por essa formação. A intencionalidade, é sempre debater se todos os saberes intergeracionais, os contextos culturais vivenciados através dessas festividades que acontecem na vila de Igarapé do Lago, estão evidentes nos currículos de ensino destas instituições.

Após 23 anos de implementação da Lei n. 10639/2003 e pouco mais de 17 anos que foi alterada pela Lei n. 11645/2008, ambas alterando a LDB 9394/96, observo o reconhecimento da importância de garantir aos estudantes, acesso aos conteúdos sobre a história dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, visando promover a inclusão e a diversidade desses saberes no sistema educacional brasileiro. Borja e Pereira (2019) apontam que essas modificações no currículo escolar no Brasil, propostas pelas Leis n. 10639/2003 e n. 11645/2008, são desafiantes para profissionais da educação. Isto porque, por um lado, há uma demanda por emancipação social buscando a visibilização de múltiplos saberes, mas por outro exige-se investimentos do Estado brasileiro e engajamento profissional para concretizar as transformações apontadas no texto oficial.

Sobre a cultura africana e afrodescendente, a Resolução n. 08, de 20 de novembro de 2012 do CNE/CEB⁷ (Brasil, 2012), através das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), orienta que, na educação básica, deve-se desenvolver, nesses territórios específicos, pedagogias próprias, respeitando as especificidades étnico-racial e os aspectos culturais de cada comunidade por meio de currículos de ensino adaptados. Também é exigido que os docentes obtenham formação específica e que sejam utilizados materiais didáticos e paradidáticos próprios voltados a essa demanda curricular,

⁷ CNE/CEB significa Resolução do Conselho Nacional de Educação na Câmara de Educação Básica. A CEB é uma das duas câmaras que compõem o CNE, responsável por normatizar a educação básica no Brasil. As resoluções CNE/CEB são documentos que fixam diretrizes e normas para a educação em níveis como o Ensino Fundamental e Médio.

observando os princípios constitucionais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os princípios que orientam a educação básica brasileira.

Com as orientações por meio de diretrizes, pareceres e demais documentos normativos, muitas comunidades quilombolas foram identificadas, reconhecidas e certificadas. Porém, nos espaços de educação escolarizada, só tiveram o termo “quilombola” acrescentado para fazer validar o que deve ser oficializado. Ainda precisa acontecer todo um processo de adaptação ou mesmo reestruturação curricular do ensino e da aprendizagem para contemplar o que as orientações oficiais definem para educação em quilombos.

Em se tratando das escolas que, por decreto saltaram da classificação de “rural” para “quilombola”, o discurso passa a exigir novas configurações frente ao processo de desconstrução e/ou afirmação da identidade étnico-racial brasileira, por meio de seus elementos diferenciadores. Trata-se de comunidades que viveram historicamente um processo de dominação que fomenta, hoje, a exclusão em que se encontram quando comparadas aos grupos étnicos com maior nível social hierárquico e maior acesso a bens materiais e culturais (Oliveira; Martins, 2014, p. 192).

A elaboração curricular, nesse contexto, deve considerar e integrar a história, a cultura e os saberes dos quilombos. Dessa forma, a educação promovida em território de quilombos ou comunidades remanescentes deve ser diferenciada, considerando as peculiaridades do lugar, da região e do território, alinhando o currículo às prerrogativas da educação quilombola e da educação escolar quilombola, com foco na equidade das relações étnico-raciais, considerando o processo de lutas e resistências dos povos negros, do antirracismo e do pertencimento étnico e cultural. Sobre a efetivação da DCNEEQ alinhada com a implementação de currículos específicos, é necessário que a visão limitada dos currículos seja superada, justamente para que não aconteça a exclusão de saberes. Assim sendo, ressaltam Batista e Portela (2025, p. 213):

[...] a concepção tradicional de currículo precisa ser rompida na escola da comunidade quilombola, pois os conteúdos são centrados em uma perspectiva eurocêntrica, não reconhecendo a pluralidade cultural brasileira e não valoriza a cultura e a identidade das comunidades quilombolas.

Em outra narrativa sobre as compreensões do currículo, Souza (2015) considera que este é o elemento central do processo educativo, pois através dele são expressados os projetos da sociedade, as visões de mundo e os conhecimentos tidos como válidos, produzindo sujeitos e identidades a partir dos interesses de cada grupo que, de certa forma, detém o controle da política curricular. Ao não se levar em consideração as vivências, as experiências, os saberes, as lutas e as resistências dos negros e afrodescendentes por uma educação antirracista e

equitativa, a educação para os envolvidos, neste contexto, perde a relevância e a vinculação com o território e com a própria identidade, hegemonizando conhecimentos distantes da realidade vivenciada.

O currículo também é entendido como um instrumental pedagógico norteador do processo educativo nos espaços escolarizados e acadêmicos, contemplando objetos de conhecimento como parte da constituição do processo de ensino e aprendizagem, pois “o currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes selecionados a parte que vai constituir-lo” (Silva, 2022, p. 15).

O currículo, para além de instrumental pedagógico, na concepção de Moreira e Silva Júnior (2016), envolve os espaços e tempos em que os sujeitos interagem, as ações escolares e culturais que são desenvolvidas e renovadas, bem como as tecnologias empregadas ao ensino e a aprendizagem. Assim sendo, ensina e regula o corpo, produzindo subjetividades, arquitetando formas e possibilidades de viver em sociedade. Os autores denotam que o currículo é o “espaço escolar” onde são concentradas e desdobradas lutas que acontecem no seio da sociedade, em torno dos diferentes significados sobre o social e o político.

No espaço escolar, onde o processo educativo também é concretizado, o currículo pode ser visibilizado e até interpretado como um instrumento central para a promoção da qualidade da educação, sendo que, através dele, ações pedagógicas são desdobradas, visando alcançar metas discutidas e definidas coletivamente para o trabalho pedagógico. O currículo, para ter intencionalidade enquanto o instrumental pedagógico orientador do processo escolar, pressupõe a necessidade de permanentes discussões “[...] que nos permitam avançar na compreensão do processo curricular e das relações entre o conhecimento escolar, a sociedade, a cultura, a autoformação individual e o momento histórico em que estamos situados” (Moreira, 2009, p. 5).

Pensar currículo voltado ao processo de educação escolar quilombola exige caminhos essenciais nesta organização e nas propostas pedagógicas, pois escolas ou instituição de ensino superior, inseridas em comunidades quilombolas, devem mediar esses processos de ensino e aprendizagem, contemplando contextos dos saberes históricos e culturais envolvendo o cotidiano dos discentes, para que eles possam ser evidenciados na prática pedagógica, valorizando os conhecimentos empíricos que supostamente já trazem de sua vivência.

A formulação de uma proposta pedagógica para a educação quilombola certamente carece de pesquisa que envolvam aqueles saberes comunitários e um intercâmbio de conhecimentos entre diversas áreas. A interdisciplinaridade torna-se necessária para

abertura de diálogos [...] que venham contribuir com a elaboração de um currículo pertinente a essa realidade (Carril, 2017, p. 554).

É elementar distinguir que a Educação Quilombola é a que acontece nas ações cotidianas, no convívio social e na cultura do território. Para Miranda (2018), a Educação Escolar Quilombola é compreendida através das mediações nos espaços de educação escolarizada, como modalidade específica da educação básica. São duas categorias distintas, mas devem estar sincronizadas em um currículo de ensino. Nesse contexto, para que esses legados histórico-culturais e ancestrais não fiquem invisíveis ou até suprimidos pelo processo de aculturação, de ocultação e da invisibilidade, a educação escolar quilombola deve cumprir o papel de elo potencializador junto aos habitantes que residem no quilombo ou mesmo em uma comunidade remanescente de quilombo.

As festividades tradicionais que acontecem na vila de Igarapé do Lago, por todo o legado histórico de tradição e de conhecimentos intergeracionais, são aspectos fundamentais da cultura quilombola no Igarapé do lago no Estado do Amapá e devem ser fortalecidas para além dos processos dessa educação informal: precisam ser evidenciadas na educação escolar quilombola e na formação de professores da educação básica no ensino superior.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tradição histórica, ancestral e cultural que acontece em uma comunidade quilombola ou remanescente de quilombo não se resume apenas na realização das festividades religiosas e profanas aos santos católicos, como acontecem na vila do Igarapé do Lago, mas estende-se também aos aprendizados compartilhados entre os moradores, que dividem as suas experiências e repassam seus conhecimentos de geração em geração.

Os saberes, como rezar ladainhas em latim, fazer curas milagrosas e benzimentos, realizar partos tradicionais, aprender a tocar tambores, compor oralmente bandaias de batuque e ladrões de marabaixo (expressões musicais de origem quilombola no estado do Amapá), geralmente contam e recontam as vivências de moradores que ancestralizaram, ou mesmo, histórias cotidianas que marcam a trajetória da comunidade, tornando-se veículo de saberes importantes, que supostamente são ensinados de maneira superficial ou não ensinados nos espaços escolarizados ou acadêmicos.

Geralmente a dinâmica territorial de organização em uma comunidade quilombola assim identificada, reconhecida ou mesmo caracterizada, é composta por escolas, igrejas, centro

comunitário, posto de atendimento à saúde e campos para jogos esportivos, como é no Igarapé do Lago. Em muitas ocasiões, é perceptível ver os espaços de educação escolar sem funcionamento durante o período que as festividades tradicionais acontecem, ou quando há a peregrinação religiosa pelo vilarejo, os portões não são abertos para que os peregrinos visitem ou palestrem sobre o evento com os estudantes na escola ou mesmo, com os acadêmicos do polo universitário, ação que contribui a invisibilização desses conhecimentos nas ações pedagógicas/acadêmicas e talvez até do currículo.

As festas tradicionais para a formação da identidade cultural no vilarejo do Igarapé do Lago-AP devem ser fortalecidas para além dos processos de educação informal. Precisam ser evidenciadas na educação escolar quilombola, nos projetos pedagógicos e curriculares pensados a todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil até aos graduandos de Pedagogia que integram o curso de formação de professores que, desde 2022, vindo acontecendo neste território, justamente para que os legados culturais, materiais e imateriais, além dos saberes intergeracionais, não se percam na invisibilidade ou no ocultamento do tempo.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, M. S.; PORTELA, I. K. S. Educação Escolar Quilombola: reflexões acerca do currículo e o ensino de língua materna antirracista. **Revista Letras Escreve**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 210-222, 2025. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/letrasescreve/article/view/302>. Acesso em: 2 maio. 2025.
- BORJA, M. E. L.; PEREIRA, C. D. As Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08: reflexões a partir do pensamento crítico acerca da colonialidade do saber. **Cenas Educacionais**, Caetité, v. 1, n. 1, p. 242-270, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/5162>. Acesso em: 4 maio 2025.
- BRASIL. Certidão de Autodefinição - Portaria nº 91/2011, de 14, jun.2011 – Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura. Diário Oficial da União, nº116, 17, jun.2011.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 8/2012, de 20 nov. de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 nov. 2012.
- CARRIL, L. F. B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, Sorocaba, v. 22, n. 69, p. 539-564, abr.-jun. 2017.
- CUSTÓDIO, E. S.; VIDEIRA, P. L.; SOUZA, F. J. do E. S.; FERREIRA, J. F. B. Benzeção: prática cultural/religiosa de benzendeiras e parteiras tradicionais na capital Macapá. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 196-208, 2019. DOI: 10.14393/rep-v18n12019-45910. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/45910>. Acesso em: 20 ago. 2024.

DIAS, J. M. P. **Igarapé do Lago história e memória**. 1 ed. Macapá-AP: Gráfica e Editora Cromoset, 2023.

DIVINO ESPÍRITO SANTO DIVINO. **Divino Espírito Santo** [imagem]. Facebook, 3 fev. 2026. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/v/1Dc23L1UN9/?mibextid=wwXIfr>. Acesso em: 14 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LOBATO, S. S. **Educação na fronteira da modernização**: a política educacional no Amapá (1944-1956). Belém: Paka-Tatu, 2009.

MEDEIROS, M. H.; LIRA, A. C. M. O Ensino Fundamental no Brasil: breves reflexões sobre a trajetória histórica, as razões implícitas e implicações práticas para o ensino de 9 anos. **Atos de Pesquisa em Educação**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 159-178, 2016. DOI: 10.7867/1809-0354.2016v11n1p159-178. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/4607>. Acesso em: 4 maio. 2025.

MENDES, I. J. B.; MACHADO, N. G. as tradições e os saberes populares da comunidade de Mazagão Velho, Amapá, Brasil. In: MACHADO, N. T. G. M.; KREUTZ, M. R.; MELO, S. M. C. (org.). **Estudos em ensino e ciências humanas**: das quebradeiras de coco à história dos povos indígenas no Brasil. Lajeado: Editora Univates, 2025. p. 108-117.

MIRANDA, S. A. Quilombo e educação: identidade em disputa. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 69, p. 193-207, maio/jun. 2018. DOI: 10.1590/0104-4060.57234. Acesso em: 18 nov. 2024.

MOREIRA, A. F. B. Currículo: conhecimento e cultura sobre a qualidade da educação básica. **Revista Salto para o Futuro** – Ministério da Educação, Brasília, n. 1, ano XIC, p. 4-7, abr. 2009. ISSN: 1982 0283. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012193.pdf> . Acesso em: 2 maio 2025.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA JÚNIOR, P. M. da. Currículo, Transgressão e Diálogo: quando Outras Possibilidades se Tornam Necessárias. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 9, n. 18, p. 45-54, 2016. DOI: 10.20952/revtee.v9i18.4962. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/4962>. Acesso em: 4 maio. 2025.

OLIVEIRA, M. A. J. de; MARTINS, R. Educação escolar quilombola: currículo e cultura afirmando negras identidades. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, [s. l.], v. 8, n. 13, p. 189-202, 2014.

OLIVEIRA, M. L. R. de; ROMARCO, E. K. S. Festejos do catolicismo tradicional no interior do Brasil. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 77-92, maio 2010.

OLIVEIRA, Y. F. de. Orai pro nobis: teoria e prática de performances na Festa do Divino Espírito Santo na Amazônia. In: SIMPÓSIO REFLEXÕES CÊNICAS

CONTEMPORÂNEAS, 5., 2016, Campinas. **Anais...** Campinas: LUME; Programa de Pós-Graduação em Artes da Cena da UNICAMP, 2016.

PENA, R. A. O Fenômeno Católico em Foco: Uma Etnografia da Festa de Nossa Senhora da Conceição Vila do Buritizal/Bailique-Ap.140f. Dissertação (Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014.

SILVA, J. M. Negritude, reconhecimento e patrimonialização do marabaixo no Amapá. **ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Cuiabá, v. 10, n. 23, p. 151-168, 2023.

SILVA, N. S. J. **Identidade quilombola na formação de professores**: um estudo de caso no curso de licenciatura em Pedagogia na comunidade remanescente de quilombo Igarapé do Lago. 2025. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2025.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed.; 14 reimp. Autêntica: Belo Horizonte, 2022.

SOUZA, S. P. de. **Educação escolar quilombola**: as pedagogias quilombolas na construção curricular. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Salvador, 2015.

UDNSC IGARAPÉ DO LAGO. **Batuque de Nossa Senhora da Piedade** [imagem]. Facebook, 8 dez. 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1D5dgkCEzV/?mibextid=wwXIfr>. Acesso em: 14 jun. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP). **Programa de Interiorização Quilombola**. Macapá: UNIFAP, 2021. Disponível em: <https://www2.unifap.br/prograd/interiorizacao-quilombola/>. Acesso em: 14 jun. 2026.

VULCÃO, M. de L. S.; PEREIRA, D. L.; CUSTÓDIO, E. S.; FERREIRA, N. I. de B. Folias religiosas no meio da Terra: dança, fé e cultura. **Caderno Pedagógico**, [s. l.], v. 21, n. 7, p. e5660, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n7-117. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/5660>. Acesso em: 6 abr. 2025.